ALIMENTOS ORGÂNICOS; PRODUÇÃO, SUSTENTABILIDADE E SAÚDE HUMANA

Beatriz Jeronymo[1], Fernanda Cristina Pierre[2]
[1]Graduanda em Tecnologia em Agronegócio pela Faculdade de Tecnologia de Botucatu
E-mail: beatriz1498@yahoo.com.br
[2]Professor Ensino Superior pela Faculdade de Tecnologia de Botucatu.
E-mail: fpierre@fatec.edu.br

RESUMO

Alimentos orgânicos são aqueles que, em seu processo de produção, não contém produtos químicos (adubos, pesticidas, fertilizantes). A produção e comercialização destes vem crescendo nos últimos anos graças a preocupação das pessoas com a saúde e com o meio ambiente, fazendo com que os orgânicos se tornem tendência no mundo. Surgiu em meados de 1940 com pesquisas realizadas por Sir Howard na Índia, e no Brasil, por volta dos anos 1970. E em maio de 1999 houve a publicação da Instrução Normativa nº 007/99, do MAPA sobre alimentos orgânicos. Em dezembro de 2003, foi publicada a Lei 10.831 referente a orgânicos no Brasil.

Palavras-chave: Orgânicos. Meio ambiente. Consumo. Saúde.

ABSTRACT

ORGANIC FOODS; PRODUCTION, SUSTAINABILITY AND HUMAN HEALTH

Organic foods are those that, in their production process, don't use chemicals (pesticides, fertilizers). The production and disclosure their will take the awareness of people with health and with the environment, resulting in an organic trend in the world. It emerged in the mid-1940s based on research carried out in India, and Brazil, around the 1970s. In May 1999 there was a publication of Normative Instruction No. 007/99 of MAPA on organic foods. In December 2003, Law 10.831 was published concerning organic food in Brazil.

Keywords: Organic. Environment. Consumption. Health.

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, notou-se que a demanda por alimentos orgânicos tem aumentado gradativamente no Brasil. Alimentos orgânicos são aqueles que são isentos de qualquer adubo químico ou pesticidas, não danificando assim o meio ambiente e o corpo humano. Estes alimentos são encontrados nas gôndolas de supermercado mais facilmente agora do que há alguns anos. (ORMOND et al., 2002).

Segundo Krischke e Tomiello (2009), o crescimento e a expansão do mercado produtor e consumidor tornaram-se expressivos, revelando uma nova consciência que tem sido analisada seguindo, principalmente, a preocupação com o meio ambiente, com o bem-estar e como um modo de ação política.

Quais são e quando surgiram estes produtos que, aos poucos, estão ocupando os mercados e lojas e tomando as mesas da população brasileira? Por que o consumo destes produtos não é tão comum quanto os convencionais?

O objetivo deste trabalho é apresentar o que são alimentos orgânicos, sua influência na saúde e na alimentação humana, a diferença destes alimentos para os convencionais, a produção de orgânicos no Brasil e o que a Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003 referente a orgânicos no Brasil nos diz sobre estes alimentos. (FONSECA, 2009).

2 DESENVOLVIMENTO DO ASSUNTO

2.1 Definição e surgimento dos alimentos orgânicos

Conforme definido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) orgânicos são um sistema de produção agropecuária e industrial que adotam tecnologias que otimizem o uso dos recursos naturais, respeitando a integridade, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana. (ORMOND et al., 2002). Segundo Fonseca (2009, p.27) a institucionalização da agricultura orgânica no mundo teve início em 1972, com a criação da IFOAM - Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica e a publicação de suas primeiras normas, em 1978.

De acordo com Altieri (2001, p. 18), conforme citado por Ormond et al. (2002, p. 5) “o objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as

interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas.”. A luta contra os parasitas, doenças e infestações deve ter por base a escolha de espécies e de variedades apropriadas, rotação, processos mecânicos de cultura, fogo, disseminação de predadores, entre outros.

O aumento do uso de produtos químicos na agricultura tem gerado preocupação crescente, quanto aos riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Esta preocupação decorre de casos de doenças registradas em seres humanos e das alterações ambientais, que parecem ter como agentes etiológicos os agrotóxicos. (TORRES; BURGUINI, 2006, p.6)

Segundo Darolt (2002) o inglês Sir Albert Howard deu início a agricultura orgânica. Sir Howard trabalhou com pesquisas na Índia, durante aproximadamente 40 anos, publicando obras relevantes entre 1935 e 1940 e, por isso, é considerado o fundador da agricultura orgânica. Mais tarde, foi fundado o Rodale Institute, nos EUA, que realiza pesquisa, extensão e ensino em agricultura orgânica até os dias de hoje. No Brasil, desde a década de 70, organizações de produtores e consumidores, além de técnicos, desenvolvem práticas seguindo os princípios da agricultura orgânica.

2.2 Diferenças entre alimentos orgânicos e convencionais

O modelo convencional de agricultura já mostrou ser insustentável para o meio ambiente, para os agricultores e consumidores. Os parâmetros para determinação da qualidade nutricional são multifatoriais, por isso condições de solo, clima, variabilidade genética, poderiam mostrar diferenças significativas entre o modo de produção convencional e o orgânico. Percebe-se que os estudos concernentes aos teores de elementos nutritivos (vitaminas, minerais, etc.) ainda são pouco conclusivos. Enquanto alguns mostram superioridade dos orgânicos, outros mostram que não existe diferença.

De forma geral, os estudos comparativos que focam a qualidade organoléptica estão ainda em estágio inicial e mostram resultados variáveis, o que não nos permite afirmar que existam diferenças estatisticamente significativas entre o sabor e aroma de produtos orgânicos e convencionais (DAROLT, 2002). Em pesquisas realizadas junto ao consumidor de feiras verdes, existe a percepção de que os orgânicos são mais saborosos, provavelmente por serem produtos mais frescos.

De acordo com Magnusson et al. (2003) conforme citado por Rodrigues et al. (2009), existe a ideia de que os consumidores que optam pelo consumo de orgânicos em

vez de alimentos tradicionais fazem essa escolha por motivos mais egoístas que altruístas, ou seja, a preocupação é maior com qualidade e segurança alimentar do que com proteção do meio ambiente e bem-estar dos animais.

2.3 Orgânicos e sua influência na saúde humana

Uma das maiores preocupações dos consumidores com relação ao uso de agrotóxicos na agricultura é o conhecimento do grau de contaminação, a ponto de saber se os alimentos estão contaminados com resíduos tóxicos, que possam comprometer a saúde. (TORRES; BORGUINI, 2006).

Segundo Krischke e Tomiello (2009), a "boa alimentação" garante a saúde, enquanto a falta de alimentação é associada à fraqueza mental e física, por exemplo. As prevenções de doenças passam a ser analisadas a partir dos critérios dos hábitos alimentares, da manipulação dos alimentos e higiene.

Estudos feitos por Powlson et al. (2008), conforme citado por Souza et el. (2012) mostram uma associação positiva entre nitrato e linfomas não Hodgkin, câncer de bexiga, ovário, útero e um tipo de anemia em bebês. Entretanto, esses autores relatam efeitos benéficos dos nitratos em gastrenterites e doenças cardiovasculares.

A comparação é difícil de ser realizada pois consumidores orgânicos apresentam hábitos de vida mais saudáveis do que os convencionais. (TORRES; BORGUINI, 2006).

Tais controvérsias sugerem a necessidade de mais estudos que esclareçam a real dimensão de cada substância sobre a saúde humana. Por isso, as legislações de alimentos orgânicos consideram que, diante de um possível perigo à saúde, a substância ou a tecnologia deve ser evitada. (SOUZA et al., 2012)

2.4 Lei de orgânicos no Brasil

Segundo Fonseca (2009), em 1994, iniciou-se a discussão para a regulamentação da agricultura orgânica no país, que foi oficialmente reconhecida em maio de 1999 com a publicação da Instrução Normativa nº 007/99, do MAPA (BRASIL, 1999). Em dezembro de 2003, foi publicada a Lei 10.831 (BRASIL. Presidência da República, 2003), definindo e estabelecendo condições obrigatórias para a produção e a comercialização de produtos da agricultura orgânica.

Normas disciplinares para produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade de produtos orgânicos, sejam eles de origem animal ou vegetal estão presentes na instrução normativa do MAPA. (ORMOND et al., 2002)

2.5 Certificação Orgânica

Segundo Nascimento et al. (2012) a certificação é a garantia da procedência e da qualidade orgânica de um alimento natural ou processado. O agricultor ganha um diferencial de mercado, ao oferecer produtos de melhor qualidade e mais valorizados, estabelecendo uma relação de confiança com o consumidor.

Caso o produtor quiser fazer uso no Brasil da denominação produto orgânico ou outro similar, terá de estar cadastrado no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG). A norma ISO65, que trata da acreditação de organismos de certificação de produtos, processos e serviços, é internacionalmente aplicada e usada na agricultura orgânica. (FONSECA, 2009)

Segundo Ormond et al. (2002) o passo inicial para se obter a certificação de produtos, sejam eles de origem vegetal ou animal, é sua solicitação a uma entidade certificadora. Após o recebimento do pedido, no qual deverá constar o plano de manejo orgânico ou plano de conversão da área, a instituição envia um técnico à propriedade com o objetivo de verificar as condições existentes e as medidas necessárias para que a produção possa ser certificada. O técnico elabora um relatório sobre a situação da propriedade e o encaminha ao Conselho de Certificação da própria entidade, que decide sobre sua concessão. O custo desse processo varia de acordo com os critérios de análise adotados em cada certificadora.

Apesar de onerar o custo da produção, a certificação traz benefícios, pois: facilita o planejamento da produção; facilita o desenvolvimento do mercado, dos serviços de extensão e da pesquisa, cria transparência ao tornar pública a informação sobre produtores e produtos; aumenta a credibilidade e melhora a imagem da agricultura orgânica; facilita a introdução de créditos especiais ou subsídios. (FONSECA, 2009)

2.6 Alimentos orgânicos no Brasil e no mundo

A produção de hortaliças e legumes é parte importante da produção sob manejo orgânico. Produções de cereais, oleaginosas, frutas ou café tendem a ocupar áreas maiores, porém é a pecuária de corte ou leite que se apresenta como demandante de grandes áreas. A Argentina e a Austrália, países de grande extensão territorial e de tradição pecuária, são os que detêm as maiores áreas sob manejo orgânico no mundo. Os demais países apresentam produção mais diversificada e com alguma predominância em frutas, legumes e vegetais, geralmente destinados ao consumo in natura. (ORMOND et al., 2002).

Segundo Dias et al. (2015) as vendas de alimentos orgânicos nos Estados Unidos aumentaram de aproximadamente US $ 11 bilhões em 2004, para cerca de US $ 27 bilhões em 2012, de acordo como Nutrition Business Journal. Em 2010, os Estados Unidos superaram a União Europeia como o maior mercado de produtos orgânicos do mundo.

Nesse contexto, os supermercados surgem como um dos principais canais de comercialização dos produtos orgânicos. Segundo a Organic Monitor (2007), 48% das frutas, verduras e legumes (FLV) orgânicos são vendidos por supermercados na Europa, e, segundo o United States Department of Agriculture (2007), são encontrados produtos orgânicos em 73% dos supermercados dos Estados Unidos. (RODRIGUES et al., 2009).

Segundo Terrazzan e Valarini (2009), o número crescente de produtores orgânicos no Brasil está dividido basicamente em dois grupos: pequenos produtores familiares ligados a associações e grupos de movimentos sociais, que representam 90% do total de agricultores, sendo responsáveis por cerca de 70% da produção orgânica brasileira, e grandes produtores empresariais (10%) ligados a empresas privadas.

E entre os produtos orgânicos processados, pode-se destacar o mel (MG e AM), compotas de frutas, café solúvel, torrado e moído (MG e SP); castanha de caju e acerola (CE); hortaliças processadas (RJ, SP, PR, SC e RS); arroz (RS e SC); óleos essenciais (SP); suco de laranja concentrado (SP); extratos de vegetais secos (SP); barra de cereais (PR); açúcar mascavo (PR) e guaraná em pó (AM); têxteis (PB); e cacau (BA). Os produtos de origem animal ainda estão sendo pouco explorados por problemas de falta de matéria-prima orgânica e legislação inadequada. (WILLER ;YUSSEFI, 2006).

2.7 Consumo de orgânicos no Brasil

Segundo Ormond et al. (2002), conforme citado por Rodrigues et al. (2009) no Brasil, o consumo de orgânicos ainda é tímido e o mercado é bem diferente e menos maduro do que os mercados europeu e norte-americano. A comercialização dos produtos de origem orgânica, até meados da década de 90, era restrita às lojas de produtos naturais e às feiras de produtos orgânicos. No entanto, as grandes redes de supermercados vêm surgindo como uma importante via de comercialização, apresentando esses alimentos de forma selecionada, classificada, rotulada e embalada, exigindo maiores quantidades de produtos.

Quanto às razões do consumo, destacam-se as categorias saúde, vida saudável e qualidade de vida, não agride a natureza e tem um manejo diferenciado da terra. A ausência de agrotóxico era associada à saúde e não ao meio ambiente. Em uma entrevista realizada com um consumidor, ele diz que é visível que uma fruta tratada com agrotóxico é muito mais bonita e chama mais a atenção. O que é um engano, pois "beleza não significa sabor", argumenta. Quanto ao fator restritivo ao consumo, o preço foi a categoria mais citada. Seguida pelas categorias de pouca oferta, produtos duram menos e consumo esporádico (KRISCHKE; TOMIELLO, 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca pelo panorama das publicações relacionadas aos alimentos orgânicos, foram obtidas diversas informações com relação à produção, comercialização, aspectos nutritivos, comparação com os alimentos convencionais, e opiniões de consumidores.

As pessoas têm se preocupado com as doenças que os produtos químicos utilizados nos alimentos convencionais podem trazer a elas. Porém, ainda não há nada cientificamente comprovado, nem sobre sua superioridade nutricional comparado com os convencionais. Em diversos relatos de consumidores vistos, pode-se concluir que os motivos pelos quais estes não consomem alimentos orgânicos variam de acordo com a idade e classe social. Alguns alegaram preço alto, outros falta de "beleza" do alimento, e pouca durabilidade deles. A complexidade analítica do consumo alimentar foi evidenciada neste trabalho, pois a alimentação humana possui suas peculiaridades e os alimentos, cada um com suas características positivas e algumas negativas. O consumidor deverá procurar o que lhe agrada e lhe fará melhor, pensando não somente nele, mas na sociedade como um todo e também na sustentabilidade.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Instrução 007, de 17 de maio de 1999. Diário Oficial da República Federativa Brasil, Brasília, 19 de maio de 1999. Seção 1, p. 11-14.

DAROLT, M. R. As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades. **DAROLT, MR Agricultura orgânica: inventando o futuro. Londrina: IAPAR**, p. 18-26, 2002.

DA VEIGA DIAS, VALÉRIA et al. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 1, 2015.

DO NASCIMENTO, K. de O. et al. A importância do estímulo à certificação de produtos orgânicos. **Acta Tecnológica**, v. 7, n. 2, p. 55-64, 2013.

FONSECA, M. F. de A. C. Agricultura Orgânica. **Regulamentos técnicos e acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Niterói–Río de Janeiro: PESAGRO**, 2009.

KRISCHKE, P. J.; TOMIELLO, N. O comportamento de compra dos consumidores de alimentos orgânicos: um estudo exploratório. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 10, n. 96, p. 27-43, 2009.

ORMOND, J. G. P. et al. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. 2002.

RODRIGUES, R. R. et al. Atitudes e fatores que influenciam o consumo de produtos orgânicos no varejo. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 8, n. 1, p. 164-186, 2009.

SOUSA, A. A. de et al. Alimentos orgânicos e saúde humana: estudo sobre as controvérsias. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 31, p. 513-517, 2012.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. **Informações econômicas**, v. 39, n. 11, p. 27-40, 2009.